

**PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS: DISPUTAS PELAS MEMÓRIAS DOS QUILOMBOLAS DA
TABACARIA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL**

Francisca Maria Neta
Professora da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
Mestranda em História na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Email: francisca.neta@uneal.edu.br

RESUMO: As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, situada na zona rural do município de Palmeira dos Índios, interior de Alagoas vem travando uma luta com os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra. O estudo tem como proposta analisar as práticas sociais dos quilombolas através das disputas memoriais coletivas, através valores patrimoniais imateriais. A análise está ancorada nos conceitos de memória, identidade, objetivando entender os aspectos constitutivos da preservação da memória e da valorização das representações materiais e imateriais existentes na comunidade na construção identitária alinhavada pelo cotidiano de cada indivíduo na construção de uma memória coletiva. O estudo baseia-se na avaliação teórica e metodológica do reconhecimento do patrimônio cultural através da perspectiva da história cultural a partir de referências bibliográficas e utilização dos relatos orais, das experiências vividas pelos quilombolas. Este trabalho tem como finalidade descrever o patrimônio histórico e cultural dos quilombolas a partir de suas memórias e construção de identidades.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Comunidades Quilombolas; Políticas Afirmativas.

Introdução

Este trabalho tem como finalidade descrever o patrimônio cultural na comunidade quilombola Tabacaria, situada na zona rural de Palmeira dos Índios-AL, tendo como ênfase nas lutas territoriais de descendentes de negros escravizados respaldados na partir da Constituição de 1988. A análise está ancorada nos conceitos de memória coletiva, identidade cultural e patrimônio cultural, objetivando analisar as disputas memoriais dos quilombolas e na conquista de sua territorialidade.

O estudo baseia-se na avaliação teórica e metodológica do reconhecimento do patrimônio cultural através da perspectiva da história cultural a partir de referências

bibliográficas e utilização dos relatos orais, das experiências vividas pelos remanescentes da comunidade. Assim, o estudo parte das vivências relatadas pelos integrantes da comunidade e, portanto, da construção identitária alinhavada pelo cotidiano de cada indivíduo na construção de uma memória coletiva.

Pretende-se portanto, compreender como as disputas de memórias e as construções identitárias são balizadas para o reconhecimento e conquistas territoriais dos povos herdeiros de escravizados que lutaram pela liberdade. As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram travada com os fazendeiros locais, a partir de a década de 1990.

A análise está ancorada nos conceitos de memória e identidade, através da perspectiva da história cultural a partir de referências bibliográficas. Assim, busca-se entender o cotidiano de cada indivíduo na construção de uma memória coletiva no processo de construção indentitária.

Tabacaria: comunidade remanescente quilombola

No processo de identificação e reconhecimento das Comunidades remanescentes de Quilombolas, o território alagoano é historicamente reconhecido como o local de maior referência de revoltas de negros no período colonial, ainda pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, as terras que hoje constituem o Estado de Alagoas, foram no passado colonial, um espaço propício a refúgios de escravizados, que se justifica pela extensão de terras que a Capitania de Pernambuco administrava e, sobretudo, pela carência de estratégias militares e de fortificação.

Por esse argumento, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros no período colonial, servindo de argumento para as muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica a constantes batalhas em busca de uma identidade étnica. As Comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, ressurgem num novo contexto político, social e cultural. Porém, as disputas territoriais e continuam presentes na atualidade.

A Comunidade por longo período perdeu suas memórias e referências identitárias de matriz afro-brasileira, mas nas últimas décadas, por iniciativas de políticas reparatórias

e de promoção da diminuição das desigualdades étnico raciais, a comunidade é identificada como a comunidade com maior nível de articulação e de consolidação do processo de posse da terra no Estado de Alagoas.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território (RTID) é o documento final apresentado ao INCRA ou FUNAI para que assim possa subsidiar estes Órgãos nas discussões oficiais, quanto aos pleitos de reconhecimento de identidade e demarcação de território destes povos. O RTID apresenta informações históricas, antropológicas, socioeconômicas, fundiárias, cartográficas, geográficas, ambientais e ocupacionais para fins de regularização fundiária das terras ocupadas tradicionalmente de remanescentes de quilombos e de povos indígenas. (SILVA, 2010, p. 46)

Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. Com essa prática, os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que era denominado de *tabaco*; passando a ser identificados com da comunidade tabacaria. No entanto, não há um registro oficial dessa referência, mas oficialmente a localidade é denominada de Tabacaria.

Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços prestados aos fazendeiros, tido como donos das propriedades. Só no ano de 2005 teve emitida a sua Certidão de Auto Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, através do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2013. Nesse decreto, consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. Já o título de posse foi concedido à comunidade, sob o Número SR-22/-1/2016, com 400,01 há em 20/11/2016. A terra representa para a comunidade um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados principalmente pela comunidade local.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no próprio grupo. Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de auto reconhecimento do remanescente de Quilombos na comunidade Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecidos, tendo rompido com seus pares.

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência.

Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles, é o elo com seus ancestrais. A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências imateriais do patrimônio cultural. Nesse sentido, para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.

A busca dos valores identitários do patrimônio cultural estão presentes nas manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos; tais como, o reisado, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos, etc. No entanto, as práticas culturais que não foram repassadas pelas gerações passadas, não são retomadas de forma tão rápida, nem tão pouco aceita e divulgada pela comunidade. Existem aspectos estruturais e materiais que impedem as manifestações dessas práticas. A comunidade sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência.

Quilombos: patrimônio e memória

Nas terras alagoanas, a formação territorial se envereda, por estratégias de ocupação. A história dos quilombos no Brasil tem sua gênese no período colonial. Em Alagoas, a maior organização de refugiados negros foi o Quilombo dos Palmares; que possuía uma estrutura organizacional relevante, instituindo uma comunidade independente da ordem administrativa colonial.

As disputas na formação de Alagoas são presentes nos diferentes momentos da sua formação e consolidação. Portanto, um lugar de disputa de diferentes interesses de índios, negros e europeus, seja pela exuberância da natureza, que se estende historicamente desde a conquista colonial até mais recentes lutas territoriais pelo direito à posse da terra.

Na atualidade, os quilombos continuam sendo lugares de disputas e de lutas por reconhecimento de representantes de remanescentes afro-brasileiros. O reconhecimento

dessas comunidades se dá a partir dos aspectos históricos, das relações sociais, das práticas culturais, dos valores patrimoniais (sejam materiais ou imateriais). As comunidades remanescentes de quilombolas são consideradas patrimônio histórico e cultural, pois,

a discussão que envolve a temática do patrimônio cultural, consiste na perspectiva de entender a diversidade cultural não como uma reflexão do passado, mas, sobretudo, problematizar o presente. A análise do patrimônio cultural perpassa pela utilização dos recursos metodológicos através de trabalhos de campo que procure fazer o resgate histórico da diversidade cultural. A análise parte do reconhecimento do patrimônio cultural classificado em quatro categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. O mapeamento do patrimônio cultural se efetiva no sentido de compreender a significação da identidade e a memória social. (GUIMARÃES, 2012, p.102)

Já memória social, portanto, é representada por lembranças e esquecimentos que os indivíduos de determinados grupos selecionam para serem materializados nos seus cotidianos. Por esse raciocínio, a memória social de um grupo ou sociedade, comunidade são fragmentos da história vivida por seus antepassados.

Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma comunidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantem. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. (HALBWACHS, 2006, p. 102)

A história, diferente da memória, é representação de um passado vivido, que não transportado para o presente na sua íntegra. A memória é a materialidade da representação do passado no presente. A memória coletiva, portanto, é o sentimento de pertencimento de um determinado grupo a suas referências históricas.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. (POLLAK, 1992, p. 4)

Apesar das políticas de reconhecimento da comunidade tabacaria como remanescente de quilombola se utilizarem da memória coletiva como instrumento de legitimação, a iniciativa não partiu dos integrantes da comunidade, mas de representantes de instituições ligadas às lutas de reivindicações por direitos sociais.

Na comunidade Tabacaria identificamos uma divisão dos quilombolas por negação de membros do grupo optar pela rejeição do seu passado escravocrata. Alguns preferiram perder o direito constitucional da posse da terra a continuarem empregados dos

fazendeiros. Quando perguntamos o motivo de não aceitarem participar da luta quilombola, estes argumentaram que não se sentiam pertencentes a essa causa.

A luta quilombola e suas memórias

A história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se em bandeira de luta. No período colonial, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros em busca por liberdade. Essa referência serviu de argumento para muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas em busca de uma identidade étnica.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e o esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

O passado de negros que viveram histórias de trabalho escravo, maus tratos, direitos cerceados são referências negativas que produzem lembranças que podem ser lembradas ou esquecidas conforme a realidade posta nas relações vivenciadas pelos negros no presente. Para Diehl, “na atualidade, estamos vivenciando uma profunda virada nos modos de pensar e reconstruir o passado.” (DIEHL, 2002, p. 112) No processo de identificação dos quilombolas da Tabacaria, alguns rejeitaram o pertencimento às memórias dos antepassados, por essas memórias causarem rupturas com as relações com outros grupos, através da associação ao estigma, racismo e exclusão.

Os remanescentes da Tabacaria por longo período silenciaram suas memórias e referências identitárias. Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. A relação de trabalho como os fazendeiros após a abolição era caracterizado pela a servidão e sem direito à posse da terra, como isso, as lembranças de um passado remoto de sofrimento estão presentes nas práticas sociais deste grupo. Para Halbwachs,

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que

outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

As interações entre outros grupos sejam étnicas, econômicas e socioculturais, evidenciam lembranças, individuais ou coletivas, que fortalecem o pertencimento a este ou aquele grupo. Neste sentido, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles é o elo com seus ancestrais. O seu argumento está ligado ao quilombo de Palmares, que para Vainfas, “Palmares foi, com efeito, a maior rebelião e a manifestação mais emblemática, como é sabido, dos quilombos coloniais” (VAINFAS, 1996, p. 63) A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurge nas referências culturais do passado.

As práticas culturais com identificações coletivas do grupo constituíram um território que é “em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.” (RAFFESTN, 1993, p. 144 e 148) É um lugar de pertencimento, que para os integrantes da comunidade os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que os denominavam de tabaco; passando a ser identificados com da comunidade Tabacaria. Pois,

de fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o movimento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAUI, 2012, 19)

Portanto, optar pela análise que dar voz aos não letrados “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989, p. 04) Assim, remeter memórias e dos remanescentes quilombolas reforça a construção de uma identidade dos pertencentes à Tabacaria.

Já a significação identitária latente que estão presentes na memória coletiva e carecem de manifestações sociais. Conforme HALL, “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.” (HALL, 2011, p. 85) O longo processo de luta na Tabacaria foi marcado por resistência e privações de

necessidades básicas à condição humana, uma disputa envolvendo interesses de grupo dominantes que não aceitavam ser enfrentados.

A Comunidade por longo período perdeu suas memórias referências identitárias de matriz afro-brasileira. Para Candau, “[...] são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socioambientais - situações, contexto, circunstâncias -, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas”. (CANDAUI, 2012, P. 27) Por esse pensamento, com as mobilizações coletivas o grupo se fortaleceu e se construiu enquanto uma identidade de negros descendentes de homens escravizados que lutaram por liberdade.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo.

As relações de trabalho são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência da posse da terra. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão com a labuta da lavoura, ou até mesmo, pela ressignificação das práticas culturais e de pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles é o elo com seus ancestrais. A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências culturais do passado. Para Hall, “a prática de reduzir as culturas do povo negro à natureza, ou naturalizar a ‘diferença’ foi típica dessas políticas racializadas da representação.” (HALL, 2016, p. 171) Nesse sentido, a lógica que fortalece a polarização étnica é justificada pela naturalização do trabalho escravo e/ou servil do negro, e a luta por reconhecimento de direitos.

Os remanescentes de quilombos contemporâneos remetem a seu passado marcado pelo processo de escravização e de luta por um lugar de liberdade. Em geral, as comunidades remanescentes de quilombos apesar de mapeadas e certificadas como quilombolas em Alagoas, ainda encontram-se desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, assistência técnica e social do poder público. Para Gomes,

Ainda assim, muitas comunidades têm enfrentado problemas, motivados, entre outros fatores, pela morosidade dos órgãos estaduais e federais na titulação definitiva de suas terras, na lentidão dos processos que garantem seus territórios e reconhecem a importância dessa que é uma cultura ancestral. (GOMES, 2018, p. 373)

Tal situação coloca em risco as conquistas efetivadas, correndo o risco de uma volta à invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais. A busca dos valores identitários e manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos. Para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais. Os remanescentes de quilombos contemporâneos remetem a seu passado marcado pelo processo de escravização e de luta por um lugar de liberdade.

Conclusão

As discussões que se inserem nos debates sobre o patrimônio cultural e territorialidade passam por uma reflexão do processo de civilidade que a humanidade enfrenta. A corrida por índices econômicos e padrão de consumo de alcance das diversas camadas sociais não são suficientes para proporcionar os direitos constitucionais garantidos de qualidade de vida. Principalmente ao que se refere às tradições culturais de matriz afro-brasileiros.

O processo de territorialidades e singularidades tem se apropriado na sua formação social, desde os primórdios até a sua contemporaneidade, deve ser levado adiante como uma proposta de compromisso com as lutas sociais e étnicas. As análises em torno das comunidades quilombolas contemporâneas, devem ser refletidas na postura dos cidadãos, reforçando a importância de se fazer presente patrimônio cultural, nas singularidades territoriais e na construção identitária a partir das memórias e do sentimento de pertencimento.

A proposta desse trabalho foi de elucidar, de forma sucinta, as discussões no campo teórico que envolvam as temáticas ligadas às políticas do patrimônio cultural e territorial para compreender o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, procurando historicizar a formação territorial de Alagoas. Primordialmente, entender como o Estado de Alagoas está inserido no contexto nacional das políticas de reparação das comunidades tradicionais. Assim, entender as políticas de intervenção do patrimônio cultural e documental para as comunidades tradicionais de matriz afro-brasileira.

Neste contexto, buscou-se entender como os quilombolas se compreendem enquanto ser histórico no processo de luta por uma identidade coletiva, construída a partir de suas referências, memórias, resistências e lutas por direito a um território. Assim, refletir sobre a história de um grupo a partir das memórias e as identidades nos impulsionam para compreender o lugar de onde fala desse grupo, suas lembranças, esquecimentos e estratégias de sobrevivência...

Referências

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Gomes, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: SCHWARC, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia (org.). **História e patrimônio**. Brasília: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, 2012.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

_____. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 (Série Temas – volume 29 – Geografia e Política)

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo (Tese de Doutorado), UFS: Aracaju, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.